

dos portugueses, quer no que respeita a outras experiências no âmbito da vasta e longa história do império português, e ainda, embora estas questões tenham ficado um pouco à margem do livro (se bem que frequentemente implícitas), favorece a comparação com as experiências britânica e espanhola.

Em resumo, e em poucas palavras, um livro essencial para quem deseja compreender melhor a história política, institucional e cultural do reino de Portugal na época moderna e da maior relevância para todos os interessados em questões coloniais.

ÂNGELA BARRETO XAVIER

Christopher A. Bayly, **Empire and Information: Intelligence Gathering and Social Communication in India, 1780-1870**, Cambridge, Cambridge University Press, «Cambridge Studies in Indian History and Society», n.º 1, 1999 (1.ª edição *hard-back*, 1996), 412 páginas.

Se uma expressão pudesse ser isolada como central ao actual consenso no campo dos estudos «pós-coloniais» sobre a expansão imperial europeia, essa seria talvez a velha

frase de Francis Bacon relançada na teoria social por Michel Foucault nos idos anos 70: *conhecimento é poder*. A esta afirmação se agarrou, entre outros, Edward Said para marcar o campo com o seu estudo seminal sobre as representações ocidentais sobre o Oriente. O título da obra de Said, *Orientalismo*, vem desde então servindo, não sem algum simplismo, como lugar-comum para significar o modo como um suposto controle hegemónico das populações indígenas pelo colonialismo ocidental se firmou através de formas de dominação cultural, ou «discursiva». Sinal de uma «vontade de poder», os europeus terão associado à sua dominação política e económica a prolífica produção de um sistema coerente de conhecimento essencialista do outro, patente em múltiplas esferas de actividade, das práticas de governo à literatura ou à antropologia. E é a essa mesma frase, numa crítica certa às suas versões mais excessivas e redutoras, que regressa Christopher Bayly, professor de História Naval e Imperial na Universidade de Cambridge, na sua mais recente obra, *Empire and Information*, porventura uma das visões mais teoricamente consequentes e ricamente documentadas sobre o conhecimento e a política coloniais na Índia inglesa, que os interessados numa sociologia ou antropologia histórica do império português terão decerto de tomar como referência.

Bayly dedica-se a demonstrar que o império inglês foi, antes de mais, um «império da informação». Eis a razão por que apresenta o trabalho

como uma descrição das «redes de informantes indianos» — espiões, escritores, secretários — recrutados pelos ingleses nas suas tentativas de assegurarem poder militar, político e social. Preocupado em entender o processo de expansão britânica no Norte da Índia, o período de estudo escolhido corresponde, justamente, ao momento forte do processo de estabelecimento dos ingleses na Ásia: o século que mediou entre os primeiros esforços de conquista do território (os fins do século XVIII) e a cristalização de uma máquina de governo e exploração económica, ao longo do século XIX. A tese geral reside na afirmação de que o relativo sucesso — como os eventuais insucessos — da ocupação britânica do território dependeu fundamentalmente da capacidade de manipular (fosse na conquista, no governo ou na actividade comercial) informação acerca do mundo indiano, sendo que esta as mais das vezes derivou, não sem enganos, de fontes indígenas. Neste sentido, o autor esforça-se por oferecer uma narrativa histórica ao longo da qual procura assinalar permanências e descontinuidades que descreveram tanto o caminho trepidante da consolidação de uma ordem colonial de poder quanto as bases históricas do moderno nacionalismo indiano.

Se as teses historiográficas de Bayly, sustentadas numa sólida erudição bibliográfica e arquivística, valem como descrição das mudanças no modo como conhecimento e poder colonial se entrelaçaram, unindo ou

opondo britânicos a indianos, é, porém, nas suas consequências teóricas que decorre, no meu entender, o interesse fulcral da abordagem. Desde logo, na particular selecção do domínio do objecto através da aplicação de conceitos de origem sociológica à história imperial. Armado do conceito de *ordem de informação* (tomado de empréstimo a Manuel Castells), o autor propõe-se fazer uma análise do colonialismo conferindo à dinâmica de produção e circulação de informação um lugar central na explicação dos processos de mudança implicados nos sucessos e fracassos da expansão imperial inglesa na Índia. A clara vantagem do conceito é o de permitir incluir um leque fluido de práticas, agentes e formas de conhecimento que tem sido deixado de fora das análises habituais da ligação poder-conhecimento. De facto, a «ordem de informação» a que se refere Bayly designa tanto formas de conhecimento mais institucionalizadas ou ligadas ao exercício do governo (como saberes eruditos e disciplinas, ou os serviços de informação associados à actividade de vigilância do Estado colonial) quanto formas de conhecimento e «comunicação social» mais fluidas e populares (como o rumor, o boato, a intriga, a espionagem), dispersas por fóruns políticos tão invulgares quanto a esfera privada do mundo feminino ou o espaço do debate religioso — os conceitos de «conhecimento afectivo» e de «conhecimento patrimonial» servem, assim, o autor para envolver na discus-

são fontes de conhecimento informais e não oficiais. O estudo lança, deste modo, o debate sobre o colonialismo para um espaço social abrangente, que obriga a integrar os grupos nativos como *agentes* efectivos da própria expansão imperial, e o conhecimento indígena, também ele, como interveniente na construção de um «discurso colonial».

Os principais argumentos de Bayly dirigem-se arrojadamente às representações correntes no campo da história colonial sobre *o que são* o colonialismo e o orientalismo. Assim, à imagem de que o colonialismo foi um processo de poder inerentemente victorioso e contínuo contrapõe uma imagem de fracturas, desentendimentos e fragilidades. Procura, assim, contrastar a descrição do bem sucedido processo de conquista dos territórios do Norte da Índia (dependente da capacidade de os conquistadores manipularem as redes de informação locais) com os insucessos militares dos britânicos nas suas tentativas de penetração nas zonas montanhosas de Nepal e Burma, explicados pelo fracasso na apropriação de conhecimento nativo sobre o inimigo e as regiões. Aliás, o que Bayly acaba por sugerir é que, paradoxalmente, se queremos perceber as assimetrias de poder do colonialismo, temos de as considerar também como o produto de interpretações distorcidas, enganadas e mesmo temerosas. Do acento nas dificuldades do colonialismo retira uma provocadora consequência para as definições mais estritamente orientalistas produzidas pelos ingleses acerca

da Índia e seus habitantes. No entender de Bayly, o que melhor explica a produção essencialista, distorcida, de uma alteridade demonizada em estereótipos de «barbaridade», «selvajaria» ou «irracionalidade» — como foi o caso do mito dos Thugs, suposta trupe de terríveis estranguladores — não é tanto uma atitude de superioridade europeia, uma vontade de poder que se exprime pela afirmação da sua força. Tais estereótipos fundavam-se antes nos medos e receios do colonialismo, no que designa por «pânico da informação» (*information panics*), expressando mais a fragilidade, impotência e ignorância da ordem de informação colonialista do que uma sua pretensão apriorística de superioridade. «O orientalismo», escreve, «enquanto filosofia prática, não foi tanto propriedade de um governo europeu dominador na Ásia quanto um reflexo da sua fraqueza e do medo, perplexidade e embaraço dos seus cidadãos expatriados» (p. 371).

A representação do orientalismo derivada de Said é, pois, sujeita a poderosa interrogação, e isto pelo menos em dois outros sentidos. Por um lado, Bayly argumenta que o orientalismo não só era apenas um entre vários modos de conhecimento colonial emergentes, como, se tomado na acepção de campo erudito de conhecimento, constituiu um campo contraditório, inseguro, dividido, quer pela incerteza com que os próprios especialistas europeus encaravam o valor do seu saber face aos indianos (uma incerteza compreensível apenas estendendo o olhar do historiador aos

coevos contextos de afirmação social dessas profissões na Europa e à situação internacional desses discursos), quer pela viva reacção intelectual dos especialistas nas tradições eruditas indígenas, que atravessaram o orientalismo de controvérsias, opondo indianos e europeus. «Nunca emergiu», afirma, «qualquer corpo coerente de conhecimento oriental ou colonial» (p. 283). Há, pois, fortes razões para desconfiar do real efeito das teorias orientalistas na condução das práticas coloniais de governo e exploração. Por outro lado, ao frisar o «poder colonial dos informantes indianos» e ao estender o orientalismo à *agency* de grupos sociais nativos, traz uma análise *simétrica* dos saberes europeus e dos saberes indígenas. A prática desta orientação metodológica, que o autor apoia no recurso a uma larga multiplicidade de fontes (impressas e manuscritas) europeias e indianas (estas traduzidas para o inglês de originais da época), constitui severa crítica ao facto de, na ânsia da denúncia de efeitos de dominação, os estudiosos do binómio poder-conhecimento se restringirem à dissecação do «discurso colonial» nos textos de origem ocidental, acabando por reproduzir nas suas análises a exclusão do conhecimento e da acção indígenas. Bayly introduz assim uma importante consideração, a de que o colonialismo e o conhecimento colonial devem ser vistos como *co-produtos* por europeus e nativos indianos, quer atendendo à associação que os europeus mantiveram com as redes de informação in-

dígenas e à sua, por vezes, sincrética apropriação de saberes locais, quer à vitalidade cultural dos indianos na criativa elaboração intelectual das suas tradições e das tradições do Ocidente. «Em diferentes graus, tanto o discurso europeu como o discurso indígena tiveram o seu papel na construção da Índia moderna. O conhecimento europeu poderá ter sido hegemónico, mas nunca absoluto. A criação de conhecimento colonial foi um ‘processo dialógico’ [...]» (pp. 369-370).

O livro encontra-se dividido em dez capítulos, cumprindo o primeiro e o último a respectiva função de prólogo e de epílogo. Estes últimos assinalam o esforço do autor para, primeiro, enquadrar a sua narrativa histórica num pano de fundo histórico «pré-colonial», ou seja, a descrição das grandes linhas de força da ordem de informação e vigilância política durante o império mogol, e, segundo, perspectivar as consequências das mudanças na ordem de informação oitocentista (em particular, seguindo Benedict Anderson, face à presença da imprensa escrita) para o desenvolvimento do moderno nacionalismo indiano. O capítulo 2 dedica-se à descrição do processo de conquista militar do Norte da Índia. O autor procura mostrar como o sucesso da conquista implicou a manipulação, adaptação e mobilização (muitas vezes mediante suborno) de informantes nativos (os *harkara* e os *munshi*, ainda que excluindo o conhecimento das mulheres) e das artérias da ordem de informação e vi-

gilância indígena, preexistente à chegada dos ingleses e gerada durante o império mogol — espiões, corredores, peregrinos, postos, eruditos, que serviam o governo do Estado mogol e permitiam a rápida circulação da informação ao longo do território. Como padrão de comparação, Bayly destina o capítulo seguinte à descrição do insucesso do trabalho de conquista do Nepal e Burma, onde os ingleses enfrentaram um inimigo organizado em guerrilha, cujo sucesso na resistência em muito se deveu à sua capacidade para manter impermeável o sistema local de informação face às tentativas britânicas para o apropriar. O capítulo 4 procura detectar uma mudança na ordem de informação emergente na situação de conquista. Tratou-se do esforço reformista dos britânicos para, entre 1790 e 1820, apoiarem a máquina de governo na produção regular, sistemática, centralizada e disciplinada de informação, tendendo a prescindir da organização mais fluida das formas de vigilância e informação pré-coloniais. Surgiram novas instituições de criação de um conhecimento mais afinado, como as primeiras tentativas estatísticas: o exército, os serviços fiscais e a administração pública, a legislação e os serviços educativos. Contudo, o orientalismo desenvolvido até 1850 deixou subsistir em atividade o tradicional sistema de comunidades de informação, pouco integrado nas novas instituições coloniais de saber. Consequência não premeditada do esforço para melhorar a eficácia do sistema colonial de

informação, terá sido então nessa zona deixada na sombra, desprezada ou ignorada pelos ingleses que vicejou uma cultura nativa de crítica: nos velhos centros de comunicação indianos — o templo, a mesquita, o bazar — mantinham-se vivos debates sobre as intromissões britânicas na vida local.

Estas ilações levam a uma incursão pela «esfera pública indígena» no capítulo 5. Bayly experimenta aqui a aplicação comparativa de um conceito (etnocentricamente) conotado com a modernidade ocidental (a «esfera pública burguesa» de Habermas). Num esforço para evidenciar a emergência de uma razão crítica nativa, descreve o modo como a informação se processava entre a população indiana, longe da vista dos ingleses. Defende aqui a existência de uma analogia entre as características da esfera pública crítica do Ocidente e o que designa como *ecumene* indiana, isto é, a comunidade de debate cultural e político característica do Norte da Índia pré-colonial, dominante antes da introdução da imprensa e ainda assim persistente na idade do nacionalismo, no último quartel do século XIX. É no dinamismo desta *ecumene*, cujas artérias de discussão desafiavam por vezes divisões de classe e casta, que o autor situa a gênese de um sentimento de comunidade nacional — o que constitui uma crítica deliberada à clássica descrição hierárquica e segmentária da sociedade indiana de Louis Dumont. O capítulo 6 pretende delinear os traços da modificação da *ecumene* e o reforço do desenvolvimento de um nacionalismo

com a proliferação da imprensa escrita local, da instrução pública e de uma cultura livresca nativa a partir da década de 1830. Com o propósito de mostrar o dinamismo da (re)acção indígena às intromissões das disciplinas científicas do Ocidente, os capítulos 7 e 8 descrevem um conjunto de controvérsias entre eruditos indígenas e especialistas ocidentais nos campos da astronomia, da medicina, da linguagem e da geografia. Servindo como exame da receptividade crítica da cultura científica ocidental pelas seculares tradições eruditas da Índia, estes capítulos revelam ainda como a intromissão ocidental esteve, por vezes, menos ao serviço da anulação dos saberes locais e em prol da hegemonia epistémica europeia e mais interessada no encontro sincrético das duas culturas. O capítulo 9 remata a narrativa com a análise da famosa revolta dos sipais de 1857 e das subsequentes acções de pacificação. O motivo da análise é, precisamente, a dupla revelação da força e da fraqueza do colonialismo inglês na Índia através da descrição do jogo entre informação, vigilância, poder e insurreição. É que, se o caso da temerária e massiva sublevação de 1857 elucidada bem o dinamismo subterrâneo da ecumene indiana, os buracos do governo colonial e a ineficácia do orientalismo, o mesmo caso serve também para evidenciar as circunstâncias do sucesso da pacificação colonialista: a rápida resposta no acionamento de um sistema de infor-

mação, apoiado no telégrafo, e o desenvolvimento de uma máquina de censura que estancou a circulação da opinião indígena. Da leitura da obra importa, contudo, levantar uma questão: a de saber se o esforço de Bayly para sublinhar a influência da ordem de informação não corre o risco de presumir nessa ordem a estrutura determinante acerca do *que foi* o colonialismo.

RICARDO ROQUE

Margarida Chagas Lopes e Aquiles Pinto, Competitividade, Aprendizagens e Soluções Pedagógicas, Oeiras, Celta, 1999, 76 páginas.

Esta interessante obra constitui um importante contributo para a análise, no presente contexto económico internacional, das condições de desenvolvimento da União Europeia e, dentro desta, da orientação mais adequada para o nosso país. Salienta-se o mérito de os autores não terem circunscrito o debate das condições de competitividade ao foro das dinâmicas económicas e empresariais, tendo não só analisado e discutido a articulação das necessidades de mão-de-obra e qualificações que as empresas exprimem e as saídas dos sistemas de ensino e formação, como avaliado o papel da escola nas mudanças a implementar e as mudanças que lhe são impostas pelas transformações tecnológicas.